PRÓTON / AEB
CSP - Doc. nº 4025/13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AEB
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ATA RESUMIDA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Brasília, 14 de agosto de 1997

Local : Sala de Reuniões do CSP/AEB

DOC CSP 25/97
RESERVADO

O Presidente da AEB abriu a Reunião, saudando a todos os presentes. Convidou o Capitão de Fragata Paulo Roberto de Souza Romero, do Ministério da Marinha, para que tomasse lugar à mesa, em razão da ausência dos representantes daquele Ministério.

Informou que tem sido adotado como norma, fazer relatos breves sobre matérias que não exigem deliberação do Conselho Superior, no item da Agenda "OUTROS ASSUNTOS", com a intenção de manter os membros do Conselho informados sobre vários assuntos, cuja relação foi enviada previamente.

Submeteu e teve aprovadas a proposta de Agenda (DOC CSP 017/97), como também as atas resumidas das 18ª, 19ª e 20ª Reuniões Ordinárias. A seguir, deu posse ao Tenente Coronel GERALDO ANTONIO DINIZ BRANCO, como membro suplente do Estado-Maior das Forças Armadas e ao Doutor ANTÔNIO MARIA AMAZONAS MAC DOWELL, como membro suplente do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ESTAÇÃO ESPACIAL INTERNACIONAL (ISS) - O Presidente referiu-se ao DOC CSP 18/97, que contém um informe do DCE a respeito do assunto, o relatório de atividades da CO 01/97, a *letter of intent*; as atas 01 e 02 da CO 01/97 e a EM Interministerial, que trata da participação brasileira no programa - Estação Espacial Internacional (ISS), firmada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Aeronáutica, Ciência e Tecnologia e pelo Secretário da Secretaria de Assuntos

Estratégicos. Solicitou ao representante do MCT, que preside a CO 01/97, que fizesse o relato dos trabalhos da Comissão.

O representante do MCT falou sobre o teor do texto, que busca refletir a posição brasileira a ser transmitida a NASA, na forma de acordo específico vinculado ao Acordo-Quadro com os EUA na área espacial, previsto para ser assinado em outubro, caso seja interesse do Governo brasileiro, por ocasião da visita do Presidente Clinton ao Brasil. Explicou que a Comissão dividiu suas atenções em duas classes: do ponto de vista técnico, busca garantir que os equipamentos oferecidos pela NASA, para fornecimento pelo Brasil, possam ser, de fato, fabricados pela indústria brasileira, com intervenção mínima externa; com relação aos aspectos legais pertinentes à negociação do acordo, solicitou a presença de representante da Consultoria Jurídica do MRE, para assessorar a Comissão durante a discussão desses aspectos. Informou que, em paralelo a tais discussões, a Comissão trabalhou na elaboração de minuta de EM Interministerial, que registrou que "o custo total da participação brasileira na Estação Espacial está estimado em US$ 120 milhões, a serem aplicados integralmente no Brasil, no pagamento de serviços e materiais fornecidos por nossa indústria. Para garantir a observância do cronograma de construção da Estação Espacial Internacional será necessário um aporte de US$ 30 milhões em 1998, e de um fluxo financeiro médio de US$ 22,5 milhões ao longo dos quatro anos seguintes. É importante ressaltar que os recursos necessários à participação brasileira na Estação Espacial devam ser adicionais aos que vêm sendo destinados ao programa espacial brasileiro, tanto nos seus segmentos de projeto e construção de lançadores e satélites, quanto no seu segmento terrestre de instalações de lançamento e rastreio. Este fato, associado ao custo estimado, exige que se explore a possibilidade de obtenção de financiamento externo para a participação brasileira na Estação Espacial Internacional". Esta EM foi assinada pelos Ministros das Relações Exteriores, Aeronáutica, Ciência e Tecnologia e pelo Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e encaminhada à Casa Civil da Presidência da República no dia 8 de agosto passado, para ser submetida à aprovação do Senhor Presidente. Solicitou a prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão por mais 60 (sessenta) dias e, ainda, a convocação de uma reunião extraordinária do CSP, para o seu relato, tendo sido em princípio, agendada para o dia 17 de setembro.

PROJETO UNIESPAÇO - O Presidente referiu-se à iniciativa anterior de reunir em consórcio pesquisadores oriundos de diversas universidades brasileiras, participantes de um projeto, então denominado UNISAT, que previa um "Estudo de Viabilidade Técnica e Planejamento de Recursos para o Desenvolvimento de um Satélite de Comunicação no Brasil". Sobre a instrução deste CSP (Resolução nº 20/97), de que fosse elaborada uma versão revisada do projeto UNISAT, ressaltando seus objetivos, mecanismos, participantes, metas, fases e subprojetos, bem como parâmetros de acompanhamento e avaliação, informou da elaboração de estudo, realizado pelo Departamento de Desenvolvimento Técnico-Científico da AEB, visando a criação de um novo projeto junto às universidades que atenda aos objetivos de implantação de programa de formação de recursos humanos e infra-estrutura laboratorial nas universidades. Informou da apresentação de proposta feita pela AEB às entidades participantes do Projeto UNISAT, na qual foram revistos seus objetivos, metas, diretrizes, mecanismos de coordenação, acompanhamento e avaliação. Propôs, então, a criação do Projeto UNIESPAÇO, com o objetivo maior de fortalecer um conjunto de núcleos universitários, dirigidos a pesquisas de interesse da área espacial, de acordo com as necessidades do PNAE.

O CSP aprovou a criação do Projeto UNIESPAÇO, incluindo-o no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do PNAE, para execução na AEB, conforme detalhado no DOC 19/97; e estabeleceu que deverá ser informado da assinatura dos convênios com os núcleos que participarão do Projeto, como também receber relatório anual sobre sua execução e resultados da Resolução nº 24.

PNAE - O Presidente referiu-se aos documentos CSP 20/97 - Minuta da Revisão do PNAE - e 21/97 - Dispêndios com as Atividades Espaciais Brasileiras - , que apresentam uma proposta parcial do PNAE 1996-2000, estendendo-o para o período 1998-2007 e incorporando uma série de alterações. Solicitou a análise dos Srs. Membros do Conselho aos referidos documentos.

Sugeriu o dia 31/08/97, como data-limite para o recebimento das críticas e contribuições ao texto em discussão, orientando o Diretor do Departamento de Planejamento e Coordenação da AEB, para que estas sugestões sejam consolidadas, com vistas à edição final do documento a ser submetido à aprovação do CSP.

O representante do MCT registrou sua preocupação quanto à edição final e publicação do documento de revisão do PNAE em data anterior à da sanção Presidencial à Lei orçamentária, em função da provável indicação imprecisa dos valores a serem praticados.

O Presidente, em acordo com tal argumento, explicou que a freqüência anual de revisão do PNAE, estabelecida pela Resolução nº 17, de 21/8/96, buscou, dentre outras razões, fazê-la coincidir com os ciclos orçamentários da União - anual e plurianual - , de modo que se trabalhe com indicadores econômicos mais próximos da realidade a curto e médio prazo, sem prejuízo das projeções macroeconômicas de longo prazo, com horizonte de 10 anos, que não têm necessariamente contrapartida orçamentária coincidente.

Seguiu-se ampla discussão a respeito da questão orçamentária e das conseqüências de sua execução descontinuada, em função da necessidade do cumprimento dos acordos internacionais vigentes e programados, como também da manutenção em atividade e desenvolvimento da indústria espacial brasileira, que necessitam de segurança, quanto à regularidade e consistência econômico-financeira dos projetos que competem ao PNAE.

O Presidente lembrou que o mesmo instrumento que estabeleceu a periodicidade anual para a revisão do PNAE pode ser assinado, para modificar o seu ciclo, fazendo-o coincidir formalmente com as sucessivas edições dos planos plurianuais de governo (PPA's). Assim, ficaria de antemão programado o início de nova revisão do documento para os primeiros meses de 1998, ocasião em que se prevê a adaptação da estrutura orçamentária da área à do Programa, como também a edição de novo PPA.

COOPERAÇÃO COM A ALEMANHA - O Presidente informou que depois de vários contatos e de uma visita à Agência Espacial daquele país (DARA), acompanhado por representante do INPE, orientada no sentido de se verificar possibilidades de cooperação, recebeu proposta, do lado alemão, para cooperação na área de cargas úteis, com o desenvolvimento de plataformas de satélites, em relação à qual solicitou avaliação do INPE.

O representante do MCT esclareceu que a cooperação com a Alemanha é antiga e que o objetivo das partes consistia em aperfeiçoá-la, o que coincidiu com a visita do Presidente da República brasileiro aquele país. Informou que o lado alemão

avaliou como prioridade nessa interação com o governo brasileiro, a questão ambiental, razão pela qual propôs cooperação no desenvolvimento conjunto de satélites de observação da Terra. Esclareceu, ainda, que a agência espacial alemã buscou, na realidade, a interrupção do processo atual de licitação, substituindo-o por um relacionamento privilegiado entre ambos os lados, onde caberia ao lado brasileiro fornecer a plataforma e ao alemão a câmara embarcada, condicionada a contratação de tal plataforma em empresas alemãs. Continuou relatando que informou à contraparte alemã de que não havia nenhum interesse do Brasil em colocar o desenvolvimento da fase de sensoriamento remoto da antiga Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) vinculada à Alemanha, através dessa proposta, e que o lado brasileiro estaria pronto a discutir novas oportunidades, inclusive na mesma área de trabalho, observação da Terra, contudo não direcionados à eventual substituição ao SSR 1 ou 2. Lembrou que tais informações foram verbais e sugeriu que a AEB, destinatária da mencionada proposta, formalize tais pontos.

O Presidente determinou a formulação de tal resposta, de maneira construtiva, de modo a não ferir uma cooperação que já remonta 25 anos.

COOPERAÇÃO COM A CHINA - O Presidente informou que, em seguimento ao Acordo de Intenções, firmado pelo Ministro José Israel Vargas durante a visita do Presidente da República à China, em 1996, ficou estabelecida a realização de estudo de viabilidade da continuação do Programa CBERS; o próximo passo deverá ser a realização de mais uma visita aquele país, prevista para ocorrer em outubro.

O representante do MCT informou que, após a realização da mencionada visita do Ministro Vargas à China, ocorreram alguns eventos políticos, reafirmando o interesse nessa cooperação, por ocasião da visita do Primeiro Ministro chinês ao Brasil, no final de 1996 e que, a partir daí, os dois lados trabalharam sob o ponto de vista técnico. Enunciou determinados princípios discutidos nas visitas mencionadas: uma próxima cooperação nessa área, caso ocorra, deverá existir em bases iguais (de 50%); uso intensivo de tecnologias já desenvolvidas para o Programa CBERS, como forma de limitar os custos de desenvolvimento desse novo programa torná-lo competitivo a nível internacional, no estado da arte do setor, que exige no caso de

observação da Terra, imagens com resolução inferior a 5 metros; comercialização dos dados a terceiros países, através da abordagem com características empresariais.

Anunciou que na ocasião havia uma equipe do INPE e do MCT em Pequim, discutindo uma minuta de acordo, que será oportunamente submetida à consideração do CSP, numa abordagem parecida à que foi discutida em relação ao Programa da ISS, ou seja, o MRE recebe o documento, o mesmo é apreciado no Conselho e a assinatura negociada, no momento adequado. Lembrou que o acordo já existente identificou a AEB e a agência espacial chinesa como suas respectivas entidades de execução.

O Presidente sugeriu o encaminhamento do Projeto por Exposição de Motivos específica ao Presidente da República, tendo em vista, principalmente, os aspectos orçamentários envolvidos.

Foi levantada, pelo representante da Comunidade Científica, a questão salarial dos pesquisadores e demais profissionais envolvidos com os diversos programas relacionados com a atividade espacial que, se não resolvida ou mesmo atenuada, agravará o problema da perda desses recursos humanos altamente especializados.

Reafirmou-se a necessidade da representação do MARE no CSP, para efeito de sensibilização dirigida a questões como esta apresentada pelo representante da Comunidade Científica. O Presidente, em apoio a tais colocações, informou que tem encaminhado tais problemas ao MARE, e ao próprio Ministro Bresser, que demonstram sensibilidade e compreensão. Contudo, relatou que há aspectos legais relacionados à Lei 8854, que demandam modificações próprias e que têm sido objeto de consideração, tanto por parte da AEB quanto do MARE. Afirmou que independentemente desse aspecto formal, nada impede o CSP em convidar um representante autorizado do MARE a participar de uma próxima reunião do Conselho, oportunidade em que seriam tratadas mais profundamente tais questões. Sugeriu que os órgãos mais diretamente interessados, MCT e MAer se preparassem com argumentos e subsídios baseados em fatos concretos e dados estatísticos, de modo a se obter o melhor resultado desse encontro.

O representante do Setor Industrial informou que, na condição de membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, poderia encaminhar e relatar essa questão numa de suas próximas reuniões.

O Presidente aceitou o oferecimento e sugeriu que o assunto fosse discutido com o Ministro do MCT, que secretaria o CNCT.

OUTROS ASSUNTOS - O Presidente informou que esse item, usualmente, trata de assuntos mais imediatos e que não demandam longa discussão ou deliberação, tendo a finalidade de informar ao Conselho sobre os seus respectivos andamentos. Ocorre que, para esta Reunião Ordinária, tais assuntos tornaram-se tão numerosos que decidiu enunciá-los, tecer breves comentários, considerando ainda que foram distribuídos os respectivos informes CSP, a respeito.

Foram tratados os seguintes assuntos:

- Participação da AEB na Conferência da OACI (INF CSP 13/97);
- Brasil e sistema global de navegação por satélite com a ESA (INF CSP 14/97);
- Pesquisa sub-orbital (INF CSP 03/97);
- Normalização e Qualidade (INF CSP 04/97);
- Estudo Prospectivo da Área Espacial (INF CSP 05/97);
- International Space University - ISU (INF CSP 06/97);
- Aeronave C-130Q (INF CSP 07/97);
- Experimento LBA (INF CSP 08/97);
- Cooperação com a NASA : INMET (INF CSP 09/97); IBGE (INF CSP 10/97); Campanha de Balões (INF CSP 11/97);
- Decreto nº 2.278 de 17 de julho de 1997;
- EM - ECCO;
- Resolução CSP 10/96;
- Projeto MICROGRAVIDADE (INF CSP 12/97);
- Reunião Extraordinária do CSP em Alcântara/MA.

No que diz respeito à Cooperação com a NASA, o representante do MCT observou que a assinatura de cartas específicas, relativas a pequenos projetos, não é, a nível institucional, o melhor caminho. No caso específico da cooperação com o INMET, observou que a troca de equipamentos doados pela NASA, por dados meteorológicos fornecidos pelo INMET, no seu entendimento, não é interessante para o país.

O Presidente, ao concordar com tais observações de forma, sugeriu proposta à NASA, no sentido de englobar num só acordo todos esses pequenos projetos de cooperação, dentro de certos limites, a partir do qual, pudesse ser feita a troca de cartas.

Referiu-se ao Acordo Governo a Governo mantido com os EUA, já ratificado pelo Congresso Nacional, que prevê a assinatura de acordos específicos, citando a participação do Brasil na ISS, como exemplo.

A pedido do representante do MAer, o Cel Antônio Hugo Pereira Chaves (Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço) relatou o cronograma de lançamento do protótipo do VLS-1. Dentre outras informações, anunciou a conclusão, no dia 16 de agosto, da etapa de embarques dos equipamentos do lançador e do campo; como também o transporte do satélite, no dia 23 de agosto, ocasião em que a equipe diretamente envolvida no lançamento totalizará, no campo, 130 pessoas. No dia 20 de agosto se inicia a montagem do lançador na torre móvel de integração, e a partir do início de setembro será possível ter uma data mais precisa para o lançamento, ponto em que estarão integrados os três segmentos do Programa: lançador, satélite e campo. Afirmou que a campanha de lançamento teve início no dia 16 de dezembro de 1996, quando se deu o primeiro deslocamento, e que a estratégia adotada tem sido a de dar prioridade à questão segurança.

O Presidente convidou os senhores membros do CSP a comparecerem à audiência pública, a ser realizada na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, no dia 19 de agosto e que terá, além de sua palestra sobre a PNDAE, a do Diretor-Geral do DEPED, do Diretor do INPE, e dos representantes no CSP do Setor Industrial e da Comunidade Científica.

DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSP - Ficou marcada para o dia 15 de outubro de 1997 a Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Superior, a ser realizada em Brasília.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Superior da AEB.

Estiveram presentes à Reunião os Membros do Conselho Superior, representantes do Exército (titular/suplente); das Relações Exteriores (titular/suplente);

da Fazenda (suplente); da Aeronáutica (titular/suplente); da Indústria e do Comércio (titular); do Planejamento e Orçamento (suplente); da Ciência e Tecnologia (titular/suplente); do Estado-Maior das Forças Armadas (suplente); da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (suplente); da Comunidade Científica (titular) e do Setor Industrial (titular).

Luiz Gylvan Meira Filho
Presidente

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior na Vigésima Segunda Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de outubro de 1997, incluídas as considerações feitas pelos senhores representantes do MM, MAer e MCT.

Luiz Antônio D. M. Ferreira
Secretário